Disponível online em:www.journals.ufrpe.br
Página da Revista: www.journals.ufrpe.br/index.php/ABA

UFRPE

ARQUIVOS BRASILEIROS DE ALIMENTAÇÃO
Educação • Saúde • Cultura • Sociedade

BRAZILIAN ARCHIVES OF FOOD
Education • Health • Culture • Society

A EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL ESSENCIAL NO CURRICULO ESCOLAR

ESSENTIAL FOOD AND NUTRITION EDUCATION IN SCHOOL CURRICULUM

Solange Aparecida de Souza MONTEIRO[1]
Paulo Rennes Marçal RIBEIRO[2]

RESUMO

Este artigo aborda questões atuais de saúde com relação aos aspectos alimentar e nutricional de crianças e adolescentes em idade escolar, durante os quais o estilo de vida e o físico têm maior probabilidade de mudar o pensamento conceitual. O objetivo é analisar e compreender o processo de estudo do estado nutricional, hábitos alimentares e estilo de vida de estudantes da educação básica, com delineamento descritivo e transversal que vincula a educação alimentar e nutricional nos currículos escolares. Para ampliar as compreensões sobre os hábitos alimentares de alunos, realizamos também um estudo do padrão alimentar de estudantes de educação básica de dois países, a França e o Brasil.

Palavras-chave: Educação alimentar e nutricional. Qualidade de vida. Currículo escolar.

ABSTRACT

This article approaches present health subjects regarding food and nutrition of children and teenagers in school age, since in that age lifestyle and physical appearance have greater chances of changing the conceptual thought. The goal is to analyze and comprehend the study process regarding nutrition status, eating habits and lifestyle of basic education students, using descriptive and transversal delimitations which ties together the food and nutrition education in school curriculum. In order to further increase the comprehension about the students eating habits, a study about eating patterns of Brazilian and French basic education students was realized.

Keywords: Food and nutrition education. Quality of life. School curriculum.
.

[1]Pedagoga do Instituto Federal de São Paulo – Campus São Carlos, Araraquara, São Paulo, Brasil. E-mail: solmonteiro@ifsp.edu.br
[2] Prof. Da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara, Departamento de Psicologia e Educação. São Paulo, Brasil. E-mail: paulo.rennes@unesp.br

Recebido em 01/10/2018 / Aceito em: 15/11/2018.

INTRODUÇÃO

O tema educação alimentar e nutricional como disciplina no currículo escolar contribui para a elevação da saúde e o significado do conteúdo escolar, a partir da articulação entre educação alimentar e nutricional e currículo. Entendemos a proposta de organização do programa escolar, sobre o tema "Nutrição e qualidade de vida", como uma possibilidade importante para essa articulação. A pesquisa mostrou que os currículos escolares tratados numa perspectiva problematizadora, tendo em conta os hábitos alimentares e o estilo de vida dos estudantes, podem contribuir para a sensibilização e possíveis mudanças na educação nutricional.

Para compreender a educação alimentar e nutricional, é necessário levar em consideração aspectos de sua evolução histórica e política no Brasil para diversas áreas de conhecimento e prática, seguindo uma opção que integra conhecimento científico para o popular. Quanto ao termo adotado, não apenas a educação nutricional, ou a educação alimentar, mas também a educação alimentar e nutricional, sob a qual as ações devem abranger aspectos relacionados à alimentação e nutrição, processos de produção, oferta e processamento de alimentos e produto aspectos nutricionais (BRASIL, 2012).

Além da alimentação domiciliar, a criança e o adolescente têm direito de consumir a alimentação escolar fornecida gratuitamente pelas escolas públicas, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O PNAE tem como proposta a suplementação das necessidades nutricionais diárias dos alunos matriculados, com vistas a garantir a implantação da Política de Segurança Alimentar e Nutricional e contribuir para a formação de bons hábitos alimentares, por meio da distribuição de refeições durante o intervalo das atividades escolares, contribuindo assim para o crescimento e desenvolvimento dos alunos, a aprendizagem e o rendimento escolar (Brasil, 2005).

A alimentação escolar representa para muitos alunos um atrativo a frequência à escola. Ela consiste numa atividade integrada ao ensino e é planejada com o gerenciamento do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que é o responsável pela assistência financeira, normatização, coordenação,

acompanhamento, cooperação técnica e avaliação da efetividade da aplicação dos recursos (FNDE, 2005).

A importância da alimentação para as crianças (6 a 10 anos) reside no fato de ser esta uma fase de crescimento lento, porém, constante, ao passo que, para o adolescente (10 anos e menor que 20 anos), ocorre crescimento intenso. Em virtude dessas diferenças, as exigências nutricionais (proteína, lipídios, carboidratos, vitaminas e minerais) devem ser atendidas, bem como as exigências diárias de energia e fibras. A alimentação escolar tanto do meio urbano quanto do meio rural deve ser equilibrada como qualquer outra refeição.

A história da educação alimentar e nutricional no Brasil

As políticas de alimentação e nutrição em vigência têm sido abordadas por diferentes autores da literatura brasileira. De 1940 a 1960, a educação alimentar e nutricional esteve vinculada às campanhas de introdução de novos alimentos e às práticas educativas que se tornaram um dos pilares das políticas de alimentação e nutrição do período.

Lima (2003), aponta que esse momento da educação alimentar e nutricional se fundamentou no mito da ignorância, fator considerado como determinante da fome e da desnutrição na população de baixa renda, o grupo destinatário dessas ações educativas. Assim, o desenvolvimento de instrumentos adequados, que ensinassem o pobre a comer, a fim de corrigir hábitos errôneos nessas populações foi uma prioridade que caracterizava uma concepção de educação centrada na mudança do comportamento alimentar. O autor, ressalta que a partir de meados de 1970, o binômio alimentação-educação prevalecente começou a ceder espaço para o binômio alimentação-renda, resultado dos redirecionamentos das políticas de alimentação e nutrição traçadas no país, as quais, a partir de então, se pautavam no reconhecimento da renda como principal obstáculo para se obter uma alimentação saudável. Como decorrência, intensas críticas foram feitas à educação alimentar e nutricional que vinha sendo desenvolvida, avaliada como meio de ensinar ao pobre a comer alimentos de baixo valor nutricional.

Para Santos (2005), as estratégias de suplementação alimentar passaram a ser o eixo norteador das políticas e importante contribuição para a discussão sobre novas perspectivas da educação alimentar e nutricional se consolidou em meados de 1980, com a educação nutricional crítica. Tal concepção identificava haver uma incapacidade da educação alimentar e nutricional em, de forma isolada, promover alterações em práticas alimentares. A autora, aborda que a educação nutricional crítica baseava-se nos princípios da pedagogia crítica dos conteúdos, de orientação marxista, considerando que a educação nutricional não é neutra, como também não pode seguir uma metodologia prefixada.

Nessa perspectiva, Santos (2005), aborda que, essa vertente da educação nutricional pressupunha assumir o compromisso político de colocar nossa produção técnica e científica a serviço do fortalecimento das classes populares em sua luta contra a exploração que gera a fome e a desnutrição. Vale ressaltar que a educação nutricional crítica influenciou os conteúdos da disciplina educação nutricional, integrante dos currículos para formação de nutricionistas, fortalecendo a discussão sobre a determinação social da fome e da desnutrição e a relação desses fenômenos com o modelo de organização capitalista, em detrimento do enfoque biológico e técnico, como também dos métodos e técnicas educativas.

Santos (2005), aborda que, discutir a fome e não apenas a desnutrição, e a educação alimentar, passa a contemplar não somente as práticas e destacam que tal ênfase se projetou nos Congressos Nacionais de Nutrição de 1987 e de 1989, nos quais o predomínio da discussão política parece ter esvaziado o debate da educação nutricional que não apareceu nos temários desses congressos. Apenas no congresso realizado em 1996 a temática da educação nutricional retorna ao cenário, dessa vez enfatizando a questão do sujeito, a democratização do saber, a cultura, a ética e a cidadania. Essa perspectiva resultou em parte das discussões sobre segurança alimentar que integraram o cenário internacional e nacional nos anos 1990, concebendo a alimentação como um direito humano.

Para Santos (2005), as concepções de segurança alimentar têm sido muito mais abrangentes do que as ações de combate à fome e à desnutrição, como também têm impactado a formulação das políticas públicas em alimentação e nutrição no país. É nesse contexto que também emerge a concepção da promoção das práticas

alimentares saudáveis, na qual a alimentação tem sido colocada como uma das estratégias para a promoção da saúde. Não parece haver dúvidas sobre a importância da educação alimentar e nutricional na promoção de práticas alimentares saudáveis a discussão dos aspectos referentes às atividades educativas contidas nos documentos da Política Nacional de Alimentação e Nutrição, instituída em 1999. Esse documento é considerado uma importante expressão política do conceito de segurança alimentar produzido a partir da I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição, em 1986, e consolidado na I Conferência Nacional de Segurança Alimentar, em 1994.

Considera-se alguns aspectos da política vigente, orientada pelo Programa Fome Zero, e o relatório produzido pela II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional ocorrida em março de 2004, apontada como central na construção da política de segurança alimentar e nutricional para o país.

A alimentação voluntária e consciente depende inteiramente do indivíduo e de quem escolhe alimentação ou consumo. Um alimento está ligado a práticas relacionadas à alimentação, que envolvem decisões sobre o aumento de quantidade; ou tipo de alimento que ingerimos e que consideramos como comestíveis ou aceitáveis para nosso padrão de consumo, como adquirimos, preservamos e preparamos alimentos. (BRASIL, 2007, p. 16).

A alimentação não ocorre apenas para alimentar o organismo, ela está internalizada na cultura do indivíduo, e depende de sua vontade. Já o significado da palavra Nutrição está acima da vontade do sujeito: A nutrição é um ato involuntário, uma etapa sobre a qual o indivíduo não tem controle. Começa quando o alimento é levado à boca. A partir desse momento, o sistema digestório entra em ação, ou seja, a boca, o estômago, o intestino e outros órgãos desse sistema começam a trabalhar em processos que vão desde a trituração dos alimentos até a absorção dos nutrientes, que são os componentes dos alimentos que consumimos e são muito importantes para a nossa saúde (BRASIL, 2007, p. 16).

A Nutrição, educação e saúde

A Nutrição é o estado fisiológico resultante do consumo alimentar e da utilização biológica de energia e nutrientes em nível celular (BRASIL, 2013). Em outras palavras, é independente da vontade do indivíduo, é um processo autônomo do corpo, mas é a consequência da dieta. Assim, segundo o marco da alimentação, e nutrição em políticas públicas, educação no contexto da realização do direito humano à alimentação adequada e garantir a segurança alimentar e nutricional é uma área prática contínua e em andamento, transdisciplinares, intersetoriais e multiprofissionais para promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis.

A prática da EAN deve utilizar abordagens problemáticas e ativas e recursos educativos que promovam o diálogo com indivíduos e grupos populacionais, levando em consideração todas as fases da vida, etapas do sistema alimentar e as interações e significados que compõem Comportamento (BRASIL, 2012a, p. 23).

A EAN faz parte de um conjunto de estratégias destinadas a promover uma nutrição adequada e saudável. De acordo com a Lei Federal nº 8.234 / 91, a assistência nutricional e a educação de indivíduos ou grupos são atividades exclusivas da nutricionista, que se baseiam em uma disciplina mínima do currículo do curso de nutrição. (BRASIL, 1991). Esses problemas de saúde começaram a ganhar lugar no contexto escolar a partir de 1971, com o artigo 7º da lei nº 5.692, que estabelecia a obrigação de incluir os programas de saúde nos programas do 1º e 3º. 2º ano Gradualmente, a abordagem de saúde se aprofundou, resultando em uma perspectiva transversal através do programa de parâmetros curriculares nacionais (PCN) (BRASIL, 1998).

Nesta abordagem, o currículo contribui para a resolução dos principais problemas de saúde, cujo desenho leva em conta os determinantes sociais, assim como as dimensões individuais e coletivas. (BRASIL, 2012). As diretrizes recomendam que o conteúdo da escola seja organizado de acordo com temas estruturantes, a fim de preservar sua própria existência e que "se relacione com a saúde, a produção de alimentos, a produção tecnológica e sua interação com o meio ambiente para: extrair sua sobrevivência " (BRASIL, 1998, p. 39).

Com essas características, é possível ampliar a compreensão do mundo vivo e ajudar a entender como o ser humano está relacionado à natureza e às transformações que ele promove nele (BOFF, 2011).

No caso em que ocorre mudança na qualidade da informação, deve-se notar que, no caso das empresas é importante e desenvolver estratégias para promover hábitos alimentares, sendo o treino e os recursos de um estilo de vida saudável como constitutivo do currículo escolar. Acredita-se que a internalização do sujeito da importância de uma dieta e estilo de vida saudável, bem como, como possíveis mudanças nos hábitos alimentares, são eficazes quando se inicia na infância e na juventude, uma etapa importante para a construção do conhecimento.

Adequar o estilo de vida, estudar e discutir temas, questões de alimentação e modos de vida com os alunos da educação básica pode contribui para a construção da aprendizagem inerente ao currículo escola realizado durante a infância e adolescência.

O espaço escolar proporcionará ajustes importantes no comportamento de alimentar para um estilo de vida saudável, refletindo d alguma forma no modo de vida dos crianças e adolescentes assim é de extrema importância implementar programas e projetos interdisciplinares de saúde e qualidade de vida nas escolas, bem como debater trabalhos que sintetizem esse tema.

Realizar estudos sobre o assunto e fazer a devolutiva dos resultados, aos estudantes podem contribuir de alguma forma para prevenir doenças, pois o diagnóstico precoce de alguns hábitos impróprios, evita complicações, por isso, ajustar os hábitos alimentares promove um estilo de vida saudável.

Nesse contexto, trabalhar com as diferentes áreas do conhecimento e de forma interdisciplinar, o entendimento que situações reais e complexas e fora do contexto escolar, pode contribuir para a responsabilidade do aluno com sua alimentação.

O trabalho escolar coletivo oferece condições importantes para entender as questões da vida do aluno, que não podem ser ouvidas no isolamento disciplinar se os nossos entendimentos disciplinares específicos, quer nas várias formas de interação e construção de aprendizagem, envolvimentos sociais, culturais, ambientais e de saúde. Como Boff afirma (2011).

O trabalho escolar coletivo estimula o permanente questionamento reconstrutivo, pois a dúvida de um se traduz em indagações para outros, demonstrando a riqueza das interações na produção de novos sentidos e significados. É por meio do conhecimento sistematizado, que se torna possível produzir mudanças efetivas de melhoria da qualidade de vida (MARCHESONI 2010).

A escola

O papel da escola em formar crianças e adolescentes com capacidade crítica, para acessar informações e fazer uso delas de acordo com suas necessidades reais e para manter uma vida saudável. É importante que as pessoas reflitam e sensibilizem-se, no sentido de obterem melhor qualidade de vida, por meio de práticas de atividade física e de hábitos alimentares saudáveis e prazerosos, visto que qualidade de vida implica em bem-estar social sem deixar de lado a cultura das populações.

A idade escolar corresponde ao período entre sete e dez anos, exatamente o que se refere à transição entre infância e adolescência. Nesse momento, a velocidade de crescimento se mantém constante, porém se nota aumento do ganho de peso a partir dos oito anos de idade. Sendo assim, observa-se aumento do risco de desenvolvimento de obesidade caso a criança apresente erro alimentar. Nesta fase, inicia-se o processo de socialização com adultos e crianças da mesma faixa etária. Torna- -se fundamental o papel da família e da escola na formação de hábitos de alimentação saudável, garantindo a saúde física e mental do indivíduo.

A criança torna-se mais forte, ágil e coordenada, preferindo brincadeiras mais dinâmicas e a prática de esportes deve ser incentivada nessa etapa da vida tanto pela família quanto pela escola. Devem-se então estar atentos ao sedentarismo e, com isso, limitar o tempo de permanência frente à televisão, uma vez que esta também traz consigo inúmeras propagandas de alimentos não adequados a essa faixa etária. Os resultados da pesquisa financiada pelo Ministério da Saúde (MS) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) na qual foram analisadas 4.108 horas de televisão, num total de 128.525 peças publicitárias, mostraram que cinco grupos (fast food; guloseimas; sorvetes; refrigerantes e sucos

artificiais; salgadinhos de pacote, biscoitos doces e bolos) representam 72% do total de anúncios de alimentos veiculados na televisão, divulgada em 2008 (BRASIL, 2012). Quando analisamos os dados percebemos que se agravou os hábitos alimentares, uma vez que a pesquisa citada ocorreu há dez anos e em 2018 vemos o quanto cresceu o consumo de alimentos fabricados para o público infanto-juvenil, causando hábitos inadequados e prejudicial à saúde dos nutricional dos consumidores.

Sendo assim os hábitos de alimentação saudável, devem ser estimulados e iniciados no ambiente familiar desde muito cedo e transferidos para o ambiente escolar, associados à prática de atividade física, tanto no ambiente domiciliar quanto escolar, garantido sucesso nutricional nessa etapa da vida em que se inicia o risco de desenvolvimento de obesidade em função do já esperado aumento do ganho de peso no período pré-puberdade. Verificando a pesquisa de orçamento familiar de 1974 com a de 2002/03, constata-se redução no consumo de arroz (20%), feijões (30%), raízes e tubérculos (30%), peixes (50%) e ovos (84%). Observou- -se, entretanto, aumento no consumo de embutidos (300%), refeições prontas (80%) e biscoitos (400%). (BRASIL, 2008).

Esses resultados demonstram o risco de aumento de doenças crônicas não transmissíveis na fase adulta. O cálcio, elemento fundamental para o desenvolvimento ósseo nessa fase da vida, tem sua absorção comprometida pelo consumo de refrigerantes, sucos artificiais e bebidas à base de soja nos horários das refeições. Além disto, refrigerante tipo cola aumenta a excreção de cálcio pelos rins, comprometendo a massa óssea. O risco de desenvolvimento de doença cardiovascular inicia-se nesse período, devido ao consumo de bolachas, lanches, produtos de panificadora que contêm gorduras trans e saturadas, além de serem ricos em sal e açúcares. Assim como o cálcio, também se deve estar atento à deficiência de vitamina D nos casos em que se observam pouca exposição solar e erro no padrão da alimentação (BRASIL, 2012).

A prática de esportes deve ser incentivada nessa etapa da vida tanto pela família quanto pela escola. Devem-se então estar atentos ao sedentarismo e, com isso, limitar o tempo de permanência frente à televisão, uma vez que esta também traz consigo inúmeras propagandas de alimentos não adequados a essa faixa etária. Os resultados da pesquisa financiada pelo Ministério da Saúde (MS) e pelo Conselho

Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) divulgada em 2008, na qual foram analisadas 4.108 horas de televisão, num total de 128.525 peças publicitárias, mostraram que cinco grupos (fast food; guloseimas; sorvetes; refrigerantes e sucos artificiais; salgadinhos de pacote, biscoitos doces e bolos) representam 72% do total de anúncios de alimentos veiculados na televisão. Hábitos de alimentação saudável, iniciados no ambiente familiar e transferidos para o ambiente escolar, associados à prática de atividade física, tanto no ambiente domiciliar quanto escolar, garantem sucesso nutricional nessa etapa da vida (BRASIL, 2012).

O conhecimento das determinações socioeconômicas e culturais de alimentação e nutrição de indivíduos e comunidades contribui para a construção de formas de acesso a uma alimentação adequada e saudável, colaborando com a mudança do modelo de produção e consumo de alimentos que determinam o perfil atual epidemiológico. A busca pela integralidade no cuidado nutricional pressupõe a articulação entre os diversos setores sociais e constitui uma possibilidade de superação da fragmentação do conhecimento e das estruturas sociais e institucionais, a fim de responder aos problemas alimentares e nutricionais vivenciados pela população.

Entende-se que a Educação Alimentar deve ser uma parte efetiva do currículo escolar, a integração das questões relacionadas com a saúde, pode ser o contexto para lidar com conteúdo disciplinar para produzir sentidos e nova significados úteis para a vida do estudante.

As visões, fantasias e decisões sobre o corpo e a própria saúde, que são a base para o desenvolvimento independente, que pode orientar melhor se ensinado em conteúdos escolares e estão significativamente relacionadas com as preocupações comuns na vida de jovens, como aparência, sexualidade, reprodução, consumo de drogas, hábitos alimentares, limite e capacidade física, repouso, atividade e lazer (BRASIL, 1998).

Marques (2001, p. 59) aborda que no sentido de que apoiar uma educação com o desenvolvimento da capacidade argumentativa do sujeito é essencial para a construção e reconstrução de conceitos, teorias e práticas, criticando não apenas o mal, mas também construindo alternativas para promover o modo de ensinar e

aprender, e é necessário refletir sobre as questões da prática vivida. Segundo ele, "a pesquisa, por exemplo, exige que haja leituras e, em seguida, elas são inseridas no texto, mas o pesquisador definiu claramente seu objetivo e depois as considerou apropriadas". Além disso, estudos sobre o assunto em questão, envolvendo sujeitos em idade escolar, podem ajudar a prevenir várias doenças. O diagnóstico precoce de hábitos inadequados pode evitar uma série de complicações, no caso de mudança nos hábitos alimentares e estilo de vida, ao mesmo tempo em que é possível construir conhecimento acadêmico. Ao analisar a importância de investigar a formação de hábitos alimentares e estilo de vida como um componente do currículo escolar, e tendo em conta que a adoção de hábitos alimentares saudáveis e estilos de vida saudáveis é mais eficaz.

As ações desenvolvidas durante o período escolar podem trazer importantes ajustes aos comportamentos alimentares e de vida que refletirá positivamente à vida dos jovens estudantes. Estudar e discutir questões de dieta e estilo de vida com os alunos do ensino básico pode contribuir para a construção da aprendizagem, inerente ao currículo escolar, numa abordagem holística do tema.

Considerando os argumentos sobre a importância de desenvolvimento dos conteúdos escolares articulados com temáticas relevantes socialmente, algumas aproximações e distanciamentos, buscamos conhecer e estudar os alunos do mesmo nível de ensino, de Paris, França.

A intenção é contribuir para o debate sobre as problemáticas atuais em relação à saúde, no que tange aos aspectos nutricionais de adolescentes em idade escolar, no mesmo período em que estão mais propensos a mudanças tanto corporais como de estilo de vida, articulado aos conteúdos escolares, analisar e compreender um processo de estudo sobre o estado nutricional, hábitos alimentares e estilo de vida de estudantes de educação básica, articulado com a significação de conceitos disciplinares, visando à produção de reflexões, que contribuam para uma melhor qualidade vida.

De acordo a Política Nacional de Alimentação e Nutrição, a alimentação é um elemento de humanização das práticas de saúde. Ela expressa as relações sociais, valores e história do indivíduo e dos grupos populacionais, além de ter implicações diretas na saúde e na qualidade de vida (BRASIL, 2012).

Alimentação adequada e saudável, prática alimentar apropriada aos aspectos biológicos e socioculturais dos indivíduos, bem como ao uso sustentável do meio ambiente. Deve estar de acordo com as necessidades de cada fase do curso da vida e com as necessidades alimentares especiais e ser referenciada pela cultura alimentar e pelas dimensões de gênero, e etnia, ser acessível do ponto de vista físico e financeiro, harmônica em quantidade e qualidade; baseada em práticas produtivas adequadas e sustentáveis, com quantidades mínimas de contaminantes físicos, químicos e biológicos (BRASIL, 2012c, p.67).

Em que sentido se fala de pensar relacionalmente a temática alimentação e nutrição? No sentido de considerar a temática como um campo de saber (BOURDIEU, 1998) condicionado ao histórico, social e cultural em um espaço de relações objetivas que orientam as relações entre atores dentro do próprio campo e em relação a outros campos. Ou seja, situar o espaço em seus limites e fronteiras, em sua dinâmica interna de luta por poder, apreendendo o conhecimento que ali predomina e as predisposições que orientam o modo de agir, ou seja, o modus operandi de seus agentes. Pierre Bourdieu, autor que se dedica à discussão sobre pensar relacionalmente, afirma que situar saberes e práticas nos limites históricos, sociais e conceituais em que são produzidos e/ou determinados pressupõe a compreensão da gênese social do campo de saber no qual se inserem.

> Nessa perspectiva, a gênese de um campo de saber refere-se ao movimento inicial de sua constituição como área de conhecimento ou disciplina acadêmica, quando se desenvolvem estratégias para fixar suas bases, sua especificidade, estabelecendo limites, arcabouço teórico-metodológico e aplicabilidade. (BEZERRA, 2012, p. 158).

Assim uma alimentação saudável é aquela que fornece ao organismo de forma equilibrada todos os nutrientes necessários para cada fase da vida, sendo adequada em quantidade e qualidade. Precisa ser diversificada, para facilitar a oferta de todos os nutrientes que são necessários ao organismo, segura sanitária e geneticamente, estar disponível para garantia de acesso físico e financeiro, atrativa sensorialmente

sem desrespeitar a cultura alimentar do indivíduo ou grupo para a qual é destinada. Ainda, além desses princípios, a alimentação saudável deve ser entendida como direito humano.

Atualmente, a EAN é considerada uma área de ação para a segurança alimentar e nutricional e para a promoção da saúde, bem como uma estratégia fundamental para prevenir e controlar os problemas alimentares e nutricionais contemporâneos. Identifica como resultados potenciais a contribuição para a prevenção e controle de doenças crônicas não transmissíveis e deficiências nutricionais, bem como a valorização da cultura alimentar e suas diferentes expressões, o fortalecimento dos hábitos regionais, a redução do desperdício de alimentos e a promoção de alimentação saudável e consumo sustentável (BRASIL, 2012).

Por mais que se apresente uma conjuntura promissora e avanços e acúmulos recentes no campo da EAN, ainda é preciso ampliar a discussão sobre as suas possibilidades, seus limites e o modo como ela é realizada. A EAN é apontada como estratégica, porém, seu campo de atuação não está definido claramente. Existe uma diversidade grande de abordagens conceituais e práticas, a visibilidade de experiências bem-sucedidas é pouca, os processos de planejamento são frágeis e a sua presença é insuficiente nos programas públicos. Também é necessário o investimento na formação dos profissionais envolvidos com relação às diferentes áreas do conhecimento, as metodologias e as estratégias (BRASIL, 2012).

Os documentos de saúde pública atuais apontam para a necessidade de formulação e implantação de estratégias nacionais, locais e regionais efetivas e integradas para a redução da morbimortalidade relacionada à alimentação inadequada e ao sedentarismo, com recomendações e indicações adaptadas para às diferentes realidades dos países e integradas às suas políticas, com o objetivo de garantir aos indivíduos a capacidade de fazer escolhas saudáveis com relação à alimentação e à atividade física (BRASIL, 2012).

Os currículos dos ensinos fundamental e médio deverão incluir o assunto educação alimentar e nutricional nas disciplinas de ciências e biologia, respectivamente. É o que estabelece a Lei 13.666/2018, no Diário Oficial da União. O texto, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/1996),

tem origem no substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara (PLC), aprovado no Plenário do Senado em abril de 2018. A intenção do autor do projeto, é reduzir a obesidade infantil, além de assegurar informações sobre alimentação saudável aos cidadãos desde novos. Para o relator no Senado, o tema é de grande importância nos tempos atuais, em que adultos com pouca formação ou com hábitos alimentares inadequados terminam por reforçar o interesse de crianças e adolescentes por uma dieta pouco nutritiva (BRASIL, 2018).

As escolas francesas e a alimentação escolar

Nas escolas francesas até 2022, 50% dos alimentos servidos nas cantinas escolares da França devem ser orgânicos e produzidos nas proximidades, de acordo com o ministro da Agricultura do país, Stéphane Travert (2018). A medida faz parte de um amplo plano de política alimentar, que deve virar lei até o fim do mandato do presidente Emmanuel Macron.

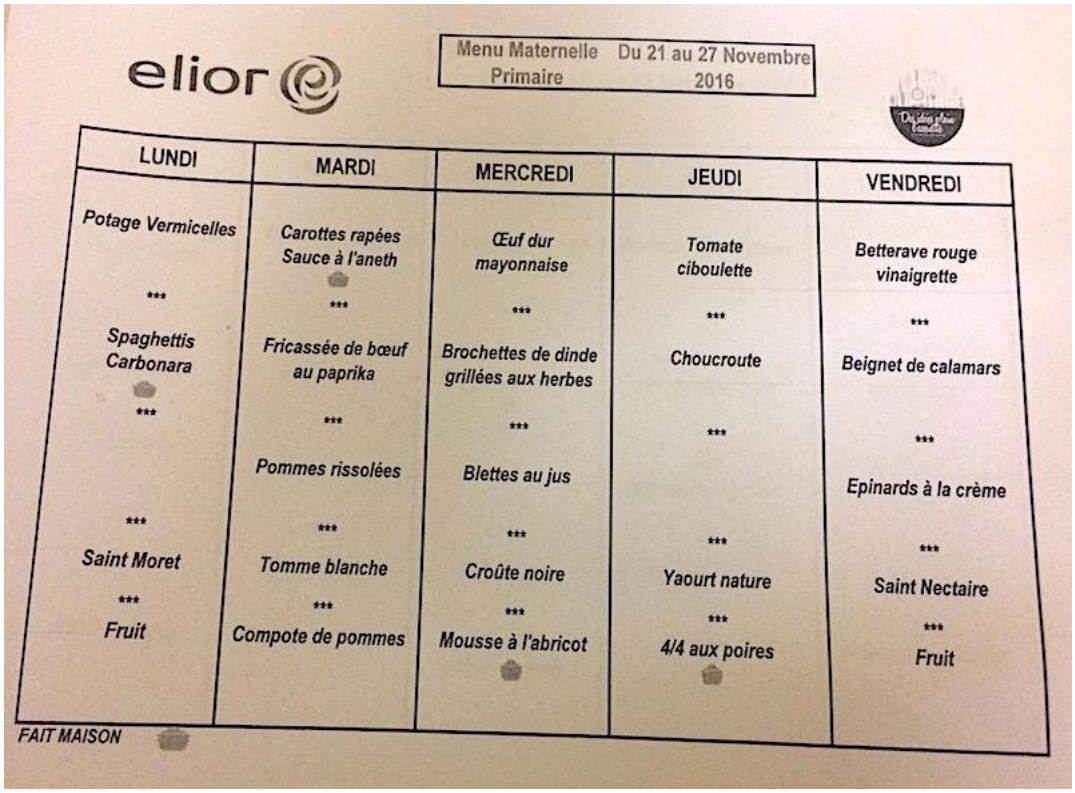
A implementação de uma alimentação mais orgânica das crianças e adolescentes franceses é uma promessa de campanha do líder centrista, compromisso que ele reiterou em outubro 2018, durante um discurso para produtores rurais. Em entrevista ao *Journal du Dimanche*, Travert (2018) afirmou que o governo também vai adotar medidas para privilegiar a produção de aves livres de gaiolas. Reiterou, que durante seu mandato de Ministro, Macron quer valorizar a agricultura e os preços pagos pelos produtos agrícolas por meio de estímulos à agricultura sustentável, uma vez que ocorre a preocupação com a alimentação saudável e sem agrotóxicos, além do bem-estar animal, ganha cada vez mais adesão dos franceses.

O ministro da Agricultura Francês revelou que, junto com a ministra da Saúde, analisa a criação de um "fundo de prevenção público-privado" para sensibilizar a população sobre os benefícios de uma alimentação sadia, especialmente os jovens. Travert (2018), lembrou que é na cantina escolar que muitas crianças e adolescentes pobres comem a única refeição equilibrada do dia.

Geralmente os pais brasileiros já concluem se a criança vai gostar ou não, se vai se adaptar ou não. Já na França a criança não é obrigada a comer tudo, mas tem que provar para dizer que não gostou da comida. Como funciona na escola francesa:

Gouter**,** é o lanchinho da manhã e da tarde, na parte da manhã geralmente é servido um suco ou algo leve que a escola oferece. Os pais dão uma contribuição por semestre para o lanche da manhã. O lanche da tarde é para os alunos que ficam na escola depois da aula (que termina às 16:30h). Cada criança leva o seu lanche, geralmente é algo doce, ou seja: uma compota, uma fruta, um bolinho, biscoito. De preferência algo prático, que a criança consiga comer sozinha sem ajuda.

Figura 1 – Almoço - Exemplo de cardápio semanal do maternal



Fonte: arquivo pessoal

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A nova organização do currículo, que articula o conhecimento obtido através dos conteúdos escolares ao cotidiano do aluno e se a proposta favorece o trabalho interdisciplinar e motiva a pesquisa, pelo fato de que os alunos tem a possibilidade de estudar assuntos do seu cotidiano, conseguindo assim relacionar os conteúdos

escolares à suas vidas e assim conseguir interpretar e consequentemente aprendê-los. A escola, tem como objetivo contribuir para a evolução no processo de aprendizagem, proporcionando a oportunidade do pensar coletivo e articulação dos conteúdos entre as diferentes disciplinas, com base nesta mesma temática, porém de forma contextualizada.

As atividades realizadas na escola se deram através da associação do tema estudado, conteúdos escolares, relacionados também ao cotidiano dos alunos, para que as atividades se tornassem interessantes auxiliando para que o aprender faça sentido ao aluno e desperte nele o gosto pelo conhecimento. Com as produções e desenvolvimento, em sala de aula, os conhecimentos precedentes dos estudantes passam a ser vistos como formas internalizadas das vivências culturais, significadas no meio social em que se encontram e não mais como construções espontâneas (VIGOTSKY, 2000). A escola como promotora de hábitos alimentares saudáveis, através da articulação das disciplinas e com pesquisas decorrentes da produção e desenvolvimento em sala de aula a nutrição e qualidade de vida, a composição dos alimentos, ingestão, digestão e absorção no organismo, fabricação, armazenagem e distribuição dos alimentos e distúrbios metabólicos.

Nem sempre os professores têm o apoio e condições necessárias para aprofunda-se em qualidade no tema educação nutricional, o que poderia ser garantido com um acompanhamento de um profissional nutricionista. É necessário então que esses dois profissionais trabalhem juntos. Espera-se que nessa lei inclua o profissional de nutrição para dar o apoio correto aos professores.

É necessário aprofundar a discussão sobre o papel da educação alimentar e nutricional dentro do contexto atual, e qual seria a sua real contribuição para as novas demandas apontadas na promoção das práticas alimentares saudáveis. As tecnologias da informação e comunicação são de extremas relevâncias na garantia do direito ao acesso à informação. No entanto, tais tecnologias não podem substituir a educação, que tem no diálogo um dos elementos centrais. Esse diálogo, mesmo intermediado pelas tecnologias, é que oferece sentido para as ações educativas e para o processo de mudanças das práticas alimentares das populações.

Considera-se que o padrão alimentar na infância depende não somente de fatores socioeconômicos, mas principalmente de hábitos de alimentação adquiridos

na primeira infância e até mesmo “intra-útero”, que são reflexo de hábito alimentar familiar. O padrão alimentar se modifica em cada faixa etária, mas o ambiente familiar e social influencia nas escolhas dos alimentos. As peculiaridades decorrentes de limitações físicas, etnia, preparo dos alimentos, no caso de crianças e adolescentes e merenda escolar também são fatores que merecem atenção quando os profissionais se colocam a serviço da orientação em relação à alimentação na infância e adolescência Conclui-se que, ao se tratar do tema alimentação na infância e adolescência, os profissionais da saúde devem promover orientações sobre alimentação saudável, mas ao fazer isto é preciso analisar o contexto social em que essa criança e adolescente estão inseridos.

REFERÊNCIAS

BOFF, E. T. O. **Processo Interativo:** uma possibilidade de produção de um currículo integrado e constituição de um docente pesquisador – autor e ator – de seu fazer cotidiano escolar. Tese (Doutorado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Ciências Básicas da Saúde, Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde, Porto Alegre, RS, 2011.

BOOG, M. C. F. Educação Nutricional: Passado, presente, futuro. **Rev. Nutr. Puccamp**, Campinas, 10(01): 5-19, jan./jun., 1997.

BOOG, Maria Cristina Faber. Histórico da Educação Alimentar e Nutricional no Brasil. In: **Mudanças alimentares e educação nutricional**. Coordenação Rosa Wanda Diez-Garcia, Ana Maria Cervato-Mancuso; editor da Série Helio Vannucchi. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

BOURDIEU, P. **La Distinción. Criterio y bases sociales del gusto**. 1ª edición. México: Taurus, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Modulo 10:** Alimentação e nutrição no Brasil I. / Maria de Lourdes Carlos Rodrigues... [*et al.*]. – Brasília: Universidade de Brasília, 2007.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pesquisa de Orçamento Familiar – POF. **Antropometria e estado nutricional de crianças, adolescentes e adultos no Brasil, 2008 - 2009**. Rio de Janeiro, 2010.

BRASIL. Governo do Estado de São Paulo Secretaria de Estado da Educação Coordenadoria de Gestão da Educação Básica Departamento de Desenvolvimento Curricular e de Gestão da Educação Básica. **Planejamento Escolar 2012.** Temas Transversais. 2012

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional da Educação. Câmara Nacional de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília, 2013.

LIMA, E. S. **Mal de fome e não de raça:** gênese, constituição e ação política da educação alimentar, 1934-1946. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2003.

LIMA E. S., OLIVEIRA C. S., GOMES M. C. R. **Educação nutricional:** da ignorância alimentar à representação social na pós-graduação do Rio de Janeiro, 2003.

VALENTE F. Em busca de uma educação nutricional crítica. In: Valente F. **Fome e desnutrição:** determinantes sociais. São Paulo: Cortez; 1986.